

Haddad embarga condomínio de luxo na Vila Mariana

Licença para construir três torres de 27 andares a quatro quadras do Ibirapuera havia sido dada por Hussain Aref em março de 2011

Adriana Ferraz
Diego Zanchetta

A Prefeitura de São Paulo suspendeu ontem o alvará de execução de obra concedido em março de 2011 para a construção de um condomínio de luxo na Vila Mariana, zona sul. A licença para o empreendimento de três torres residenciais, de 27 andares cada, foi emitida por Hussain Aref Saab, ex-diretor do Departamento de Aprovação de Edificações (Aprov), afastado sob suspeita de enriquecimento ilícito. Quase dois anos depois, o Município investiga a existência de um riacho no local.

O canteiro de obras do Condomínio Ibirapuera Boulevard, que prevê apartamentos de até 391 m² avaliados em R\$ 5 milhões, ocupa um terreno nobre de 9.356 m² na Avenida Conselheiro Rodrigues Alves, a apenas quatro quadras do Parque do Ibirapuera. Em fase de escavações, o projeto terá de ser paralisado.

O embargo é mais um capítulo da batalha travada por moradores do bairro contra a construção do condomínio. Por meio de uma petição pública, o grupo denunciou à gestão Gilberto Kassab (PSD) que o Rio Boa Vista, canalizado nos anos 1960, corta o terreno e, por isso, inviabiliza a construção – segundo a legislação ambiental brasileira, são proibidas novas edificações à beira



Alto padrão. Apartamentos custam até R\$ 5 milhões

ONDE FICA

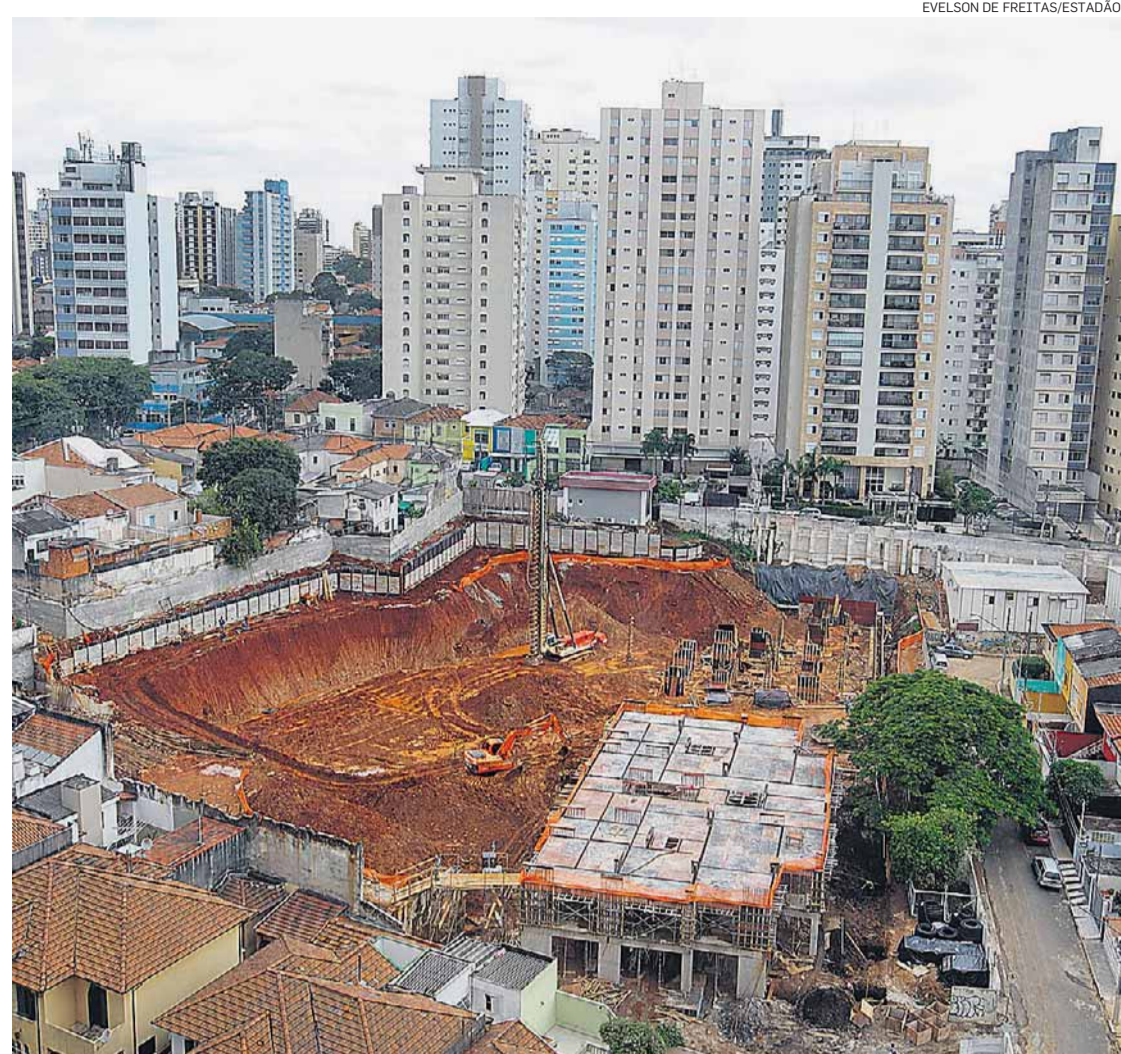


TERRENO DO PRÉDIO EMBARGADO

ra de corpos d'água. Com cerca de 5 mil assinaturas, a petição foi parar no Ministério Público Estadual e provocou uma investigação interna na Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. A partir daí,

uma série de decisões pró e contra o projeto foi publicada até a suspensão do alvará.

No fim do ano passado, por exemplo, o Termo de Compromisso Ambiental (TAC) firmado com a Mofarrej Empreendi-



Ibirapuera Boulevard. Suspeita é de que haja um riacho no terreno, o que inviabilizaria a obra

FICHA TÉCNICA

Ibirapuera Boulevard

| | |
|-------------------------|--|
| Localização: | Avenida Conselheiro Rodrigues Alves, 534, Vila Mariana |
| Nº de prédios: | 3 |
| Nº de apartamentos: | 162 |
| Nº de vagas de garagem: | 4 por apartamento |
| Terreno: | 9.356 metros quadrados |
| Área construída: | 61.819 metros quadrados |

mentos – construtora responsável pela obra – também foi suspenso. De acordo com a Prefeitura, essa decisão, de 22 de dezembro, já deveria ter paralisado a obra. Ontem, porém, a reportagem flagrou caminhões no local.

A empresa informou que a decisão publicada no *Diário Oficial da Cidade* foi apenas uma medida de cautela. “Não foi indicada qualquer irregularidade na execução da obra, cujo projeto foi devida e corretamente aprovado pela Prefeitura. Por cautela, a secretaria determinou nova consulta à Cetesb (*Companhia Ambiental do Estado de São Paulo*)”, informou a Mofarrej, por meio de nota. A empresa nega a existência de um riacho no terreno.

Muro. A suspensão da licença foi comemorada por moradores que protestam contra a construção. Batizado de “Do outro lado do muro”, o movimento criado em julho de 2011 usa cartazes e mensagens para chamar a atenção de quem passa pelo local.

Além da suposta existência de um riacho na área, o grupo afir-

ma que o empreendimento não realizou estudo de impacto ambiental no terreno onde funcionou por 50 anos uma indústria de cera nem se comprometeu a realizar obras de contrapartida. Segundo lei municipal, o condomínio será um polo gerador de tráfego por oferecer mais de 500 vagas de estacionamento.

Moradora de um sobrado vizinho, a arquiteta Luciana de Souza Tomaz, de 44 anos, ainda reclama do reduzido recuo dos futuros prédios em relação às casas. “É minúsculo, menos de 3 metros”, diz. A expectativa dela e de outros moradores é de que a suspensão da obra seja cumprida desta vez. “Se não pararem, eu mesma vou solicitar a fiscalização”, afirma Sonia Pizzolato, de 51. A Subprefeitura da Vila Mariana informou ontem que fará visita no local.



Mudança. Área pertence à Prefeitura e hoje está abandonada

Moradores pedem praça em área vazia na Vila Clementino

Professor aposentado fez abaixo-assinado e reuniu 4.031 nomes; dona do terreno, Prefeitura diz que vai avaliar proposta

Tiago Dantas

O professor aposentado José Carlos Corrêa Cavalcanti, de 63 anos, cansou de ver um terreno público abandonado quando olhava pela janela de seu apartamento na Vila Clementino, zona sul de São Paulo. Em dezembro, resolveu vencer a timidez e saiu pelo bairro pedindo assinaturas de outros vizinhos que concordam que o local deve virar uma praça. Na terça-feira, Cavalcanti entregou um abaixo-assinado com 4.031 nomes à Subprefeitura da Vila Mariana.

No documento, moradores, estudantes e trabalhadores daregão pedem que o imóvel da Rua Botucatu, entre os números 537

e 591, seja transformado em área de lazer com playground, bancos, árvores. O terreno já pertence à Prefeitura. Atualmente, a área dá sinais de abandono – tem, por exemplo, um portão enferrujado e grama alta.

“O mais importante é que a vizinhança abraçou a causa”, diz o professor aposentado. “Foi uma verdadeira corrente do bem. Restaurantes, empresas, hospitais, condomínios: todo mundo pediu algumas folhas e depois me devolviam duas, cinco, sete delas cheias de nomes.”

Projeto. A subprefeitura diz que pretende analisar a possibilidade de abrir uma praça ali. Mas um destino para a área vem sendo discutido pelo poder público há pelo menos dois anos.

O Centro Universitário Belas Artes apresentou à subprefeitura em 2011 um projeto que previa a construção de duas casas, de 48 e 54 metros quadrados, com métodos ambientalmente sustentá-

veis. Os imóveis seriam destinados por um ano a famílias inscritas em programas habitacionais. Passado esse período, que serviria para avaliar os materiais usados na construção e o conforto das casas para alunos e professores do curso de Arquitetura da faculdade, a estrutura se tornaria um centro de convivência para a terceira idade.

Cavalcanti viu o início da obra patrocinada pela Belas Artes em janeiro do ano passado. Operários chegaram a fazer as fundações, mas pararam logo depois. Mesmo assim, ele acha que uma praça seria mais útil. “Nós temos uma carência de áreas verdes. Nossa proposta é que a praça seja adotada pela iniciativa privada e uma base da Guarda Civil Metropolitana fique permanentemente ali.”

A Belas Artes ainda não desistiu do projeto. O professor Marco Aurélio Alves de Oliveira, responsável pela área de parcerias e projetos sociais da instituição, acredita que a Vila Clementino teria muito a ganhar com a construção do centro de convivência. “A faculdade tem uma história no bairro. São 39 anos na região. Além disso, a Prefeitura não teria custo nenhum.”

Segundo Oliveira, professores e alunos planejaram as casas usando materiais alternativos e métodos sustentáveis de construção, como coleta de água de chuva e telhado verde. “A cidade não precisa de mais praças cercadas, mas sim de espaços de convívio público”, afirma o professor. Ele lembra que o terreno seria devolvido à comunidade em pouco tempo, já que as casas seriam construídas em dois meses e o teste com moradores não passaria de um ano. Após a adaptação, o centro para idosos teria espaço para dança, mesas para jogos de cartas, biblioteca e um projeto paisagístico. “Infelizmente, não tivemos tempo de fazer uma reunião e mostrar todo o projeto para os moradores.”

A Secretaria de Coordenação das Subprefeituras informou que recebeu o abaixo assinado de Cavalcanti e vai verificar a “real situação do terreno para a possibilidade da criação de uma praça no local”.

OBRIGADO POR RESPEITAR OS LUGARES RESERVADOS AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA.



COM SIMPATIA, GENTILEZA E ATENÇÃO, TUDO ANDA BEM.

A CPTM informa que celebrou o Termo de Ajuste de Conduta (TAC) com o Ministério Público do Estado de São Paulo – Promotoria da Pessoa com Deficiência (inquérito civil 9/99) –, no qual se compromete a tornar acessíveis as estações e composições operacionais. TAC – Acesse o site CPTM: www.cptm.sp.gov.br

CPTM